



# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

### MENSAGEM Nº 05/2022 ao PLC nº 04/2022

Vitória da Conquista - BA, 16 de março de 2022.

Exmo. Senhor Presidente,

Exmos. Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar supra, que tem por finalidade estabelecer requisitos para que o servidor público municipal seja cedido a outros órgãos ou entidades, bem como alterar a redação do art. 108 da Lei Complementar Municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011.

A cessão pode ser definida como ato administrativo que permite o afastamento temporário de servidor público, compreendido este como o titular de cargo ou emprego público, e possibilita o exercício de atividades por este em órgão ou entidade distinta da origem.

Vale salientar que a cessão de servidores é realizada desde que haja existência comprovada de vantagem na realização da cooperação entre o órgão cedente e o cessionário, de modo que o ato administrativo atenda à supremacia do interesse público na sua materialização.

Trata-se, portanto, de um empréstimo temporário de servidor, com o propósito de cooperação entre os entes da Administração e instituições com o fito social que busca atender a eficiência e o interesse público.

Diante do exposto, considerando o objetivo do Projeto de Lei Complementar colocado sob o crivo do Poder Legislativo Municipal, certa de que o mesmo receberá a necessária aquiescência de Vossas Excelências, submeto-o à exame e votação, pugnando pela sua aprovação nos termos expostos no Regimento Interno dessa Casa Legislativa e na Lei Orgânica do Município.

  
Ana Sheila Lemos Andrade

Prefeita Municipal



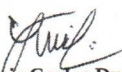


# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

CÂMARA MUNICIPAL  
VITÓRIA DA CONQUISTA  
PROPOSIÇÃO APROVADA EM  
REDAÇÃO FINAL NA SESSÃO DO  
10/06/2022

  
Luís Carlos Dudé  
PRESIDENTE

Dispõe sobre a alteração do artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os arts. 6º, II, 43, I, 46, I, 48, VII, 74 e 91 da Lei Orgânica Municipal;

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011, passa a vigorar o a seguinte redação:

**“Art. 108** A cessão é o ato autorizativo de afastamento, pelo qual o agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com a entidade cedente, passa a:

I - ocupar cargo em comissão ou exercer função de confiança em órgão ou entidade federal, estadual, municipal ou distrital, da administração direta ou indireta ou de entidade paraestatal;

II - exercer suas funções em organização da sociedade civil parceira do Município e que presta serviço de relevante interesse para a consecução das políticas públicas municipais de assistência social, saúde, educação, cultura ou esporte;

III - exercer suas funções em órgão ou entidade federal, estadual, municipal ou distrital, da administração direta ou indireta.

**§1º** Para que haja cessão de servidor, na forma dos incisos deste artigo, necessário o pedido do órgão ou entidade cessionária e sua motivação, bem como a anuência do agente público.

**§2º** Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, sendo o ônus para o cedente nos demais casos.

**§3º** Na hipótese do servidor cedido optar pela remuneração do cargo efetivo, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem.







# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

§4º A cessão poderá ser encerrada a qualquer momento por ato unilateral do cedente, do cessionário ou do agente público cedido.

§5º O retorno do agente público ao órgão ou à entidade de origem, quando requerido pelo cedente, será realizado por meio de notificação ao cessionário, podendo o cedente conceder prazo prévio para o retorno, desde que motivado por pedido do cessionário.

§6º Não atendida à notificação pelo cessionário no prazo estabelecido, o agente público será notificado, diretamente, para se apresentar ao órgão ou à entidade de origem, no prazo máximo de um mês, contado da data de recebimento da notificação, sob pena de caracterização de ausência imotivada.

§7º A cessão far-se-á mediante Decreto da Chefia do Poder Executivo Municipal ou, em caso de delegação de competência, Portaria do Secretário Municipal de Gestão e Inovação, observada a conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal.

§8º A cessão será concedida pelo prazo de até 4 (quatro) anos, podendo após esse período ser prorrogada anualmente, por interesse dos órgãos ou entidades cedentes e cessionárias, mediante decisão fundamentada.

§9º A cessão de servidor público municipal pode ser regulamentada, por Decreto da Chefia do Poder Executivo, naquilo que for necessário.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Vitória da Conquista - BA, 16 de março de 2022.

  
**Ana Sheila Lemos Andrade**  
**Prefeita Municipal**

